



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**

CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA VIGESSIMA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DA PARAIBA, BIÊNIO 2014/2016 - REALIZADA NO
DIA 13 DE JANEIRO DE 2015.**

Aos treze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze (13.01.2015), sob a Presidência do Defensor Público Geral, Dr. VANILDO OLIVEIRA BRITO, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão EXTRAORDINÁRIA, para deliberar assuntos da Pauta: 1- Deliberar sobre o Orçamento 2015 da DP; 2 - Dar conhecimento do processo nº0043/2015, da DP Lúcia de Fátima referente a renúncia à sua Promoção para DP-II; 3 - Deliberar sobre a criação de normas para empréstimos consignados; 4 - Apreciação do Ofício nº001/GP/2015, referente a um Projeto para instalação da Escola Superior da DP, do Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos, Dr. Levi Borges e demais assuntos pertinentes a Defensoria Pública, compareceu o Sub-Defensor Geral Dr. Jaime Ferreira Carneiro, a Corregedora Geral Rizalva Amorim de Oliveira Sousa os Conselheiros Drs.: Elson Pessoa de Carvalho, Otavio Gomes de Araujo, Maria de Fátima Marques, Ricardo José Costa Souza Barros e André Luis Pessoa de Carvalho, Registrando a presença da Presidente da Associação dos Defensores Públicos Dra. Maria Madalena Abrantes Silva. Com quórum, o Presidente Dr. Vanildo Oliveira Brito, abriu a reunião pedindo bênçãos aos trabalhos do novo ano, disse que esteve com o secretário da SEPLAG para falar sobre o orçamento e que levou os orçamentos da Defensoria Pública para discussão com o mesmo, e que o orçamento publicado é insuficiente para as despesas, no qual recebeu o Ofício do Deputado Raniere Paulino e da Presidente da Associação Dra. Maria Madalena Abrantes Silva sobre o repasse, e que esta preparando as devidas respostas, e no seu entendimento o Governador tem que cumprir a determinação da limiar onde diz que o Governador tem que repassar o Orçamento com os valores encaminhados, disse também que esta colocando o assunto a todos do

Ab

Vanildo Oliveira Brito

Jaime Ferreira Carneiro

Rizalva Amorim de Oliveira Sousa

Conselho Superior para tomar as medidas cabíveis, mas que não acredita que o Governador irá mudar de opinião, e que essa é a hora de fazerem alguma coisa. O Presidente abrindo a palavra aos demais Conselheiros; A Presidente da Associação falou que o Procurador Geral do Estado (Bertrand) pediu a extinção da ação contra o Governador, e que Gilberto Carneiro também aportou ação extinguindo a apreciação do mérito, e também que recebeu Ofício do Deputado Raniere Paulino e que já preparou sua resposta, fez a leitura da resposta e será encaminhada ao Deputado para conhecimento e sugestões dos demais; O Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho falou que tem medo de ficar na mão dos outros poderes e que essa atitude é cabível de Ação Judicial, mas que a Defensoria Pública deve ficar inerte ao assunto, e deverá constar em Ata a comunicação que a Associação já entrou com a Ação; O Presidente falou que sua proposta é que a Associação deve entrar com Ação Judicial em Brasília; Presente a reunião o Defensor Público Dirceu Abimael perguntou se a Associação tem legalidade de entrar com ação? Respondido que sim, pois já entraram com varias Ações; O Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho falou que a Defensoria Pública já tomou suas medidas, mas que cabe agora a Associação; A Conselheira Fátima Marques falou que o Conselho deve dar legitimidade a Associação para entrar com ação em Brasília; O Presidente falou que em outra ocasião foi decidido no Conselho que esses tipos de Ações entregaria a ANADEP para entrar com as medidas cabíveis em Brasília; O Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho falou que recebeu ligação do Procurador da Assembléia Legislativa solicitando reunião com representantes do Conselho, para saber quais as medidas que serão tomadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública; **Colocada em votação sobre se a ANADEP vai entrar com ação em Brasília: Aprovada por unanimidade que a ANADEP deverá ajuizar a competente ação visando que o Governador remeta a Assembleia Legislativa o Orçamento original da Defensoria Pública.** Em seguida o Presidente apresentou processo nº0043/2015, da DP Lúcia de Fátima referente a renuncia à sua Promoção para DP-II, para conhecimento dos Conselheiros. Prosseguindo o Sub-Defensor Geral Dr. Jaime Ferreira Carneiro, solicitou que fosse acrescentado a pauta Processo nº 3731/2013 do DP Otávio Neto Sarmiento que solicita o pagamento retroativo para os Defensores Públicos que atuam no PROCON; O Presidente sugeriu que seja pago um salário mínimo tendo em vista a atual situação Orçamentária da Defensoria Pública; O Conselheiro

Ricardo José Barros solicita um esclarecimento sobre a fixação dos valores, o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho sugeriu que seja criada resolução para fixar esse valor; **Colocado em votação o valor e o pagamento da função: Aprovado por unanimidade que o pagamento será de um salário mínimo da época para o Defensor Público Otavio Neto Sarmento pela atuação junto ao PROCON/PB.** Seguindo a pauta o Presidente falou que esta trazendo ao Conselho a situação dos descontos de empréstimos consignados e pagamento da consignação do cartão de credito, e que o fato da folha ser confeccionada na Defensoria Pública esse tipo de desconto é inviável, pois não vai aceitar contrato junto com cartão de credito, disse que existe um Decreto e apresentará na próxima reunião para sugestão em modificar o desconto para cartão de crédito e que deverá ser feita Resolução para legalizar o assunto. Em seguida o Presidente apresentou Processo nº 04781/2013, referente ao pagamento da OAB do DP Manfredo Estevam Rosenstock e Processo nº 0413/2013 da DP Francisca de Fátima que requereu o pagamento do auxilio saúde, sugerindo o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho como relator. O Presidente apresentou ao Conselho requerimento do DP Dr. Levi Borges solicitando a implantação da Escola Superior da Defensoria Pública, sugerindo como relator o Sub-Defensor Geral Dr. Jaime Ferreira Carneiro. O Presidente informou aos demais que recebeu esboço de Projeto Estratégico da Defensoria Pública do Dr. Dirceu Abimael, sobre as ações da Defensoria para conhecimento e sugestões dos demais conselheiros; O Presidente determina que a Conselheira Fátima Marques também acrescente ao esboço as metas da Defensoria Pública aprovadas para o exercício de 2015, para posterior apreciação. A Conselheira Fátima Marques solicitou que seja colocada na pauta os Processos nº4645 e 4643/2013, de sua relatoria sobre o pagamento de licença especial, sendo transformado em pecúnia de autoria dos DPS Dirceu Abimael e Manfredo Rosenstok; Presente a reunião o Defensor Público Dirceu Abimael falou que os servidores, membros, juízes, foi entendido que passaram a ter direito a licença e que a nossa era regida pela Lei 58, assim sendo o pagamento é direito adquirido; A Conselheira Fátima Marques disse que é direito adquirido a licença não o pagamento da pecúnia; O Presidente informa que foi decido anteriormente o recurso, mas que foi decido negá-lo para que pudessem entrar na justiça para ter o direito; Presente a reunião o DP Manfredo Rosenstok sugeriu que seja encaminhado um pedido de consulta ao Tribunal de Contas do Estado já que tem duvidas quanto

ao pagamento; O presidente sugeriu trazer copias do requerimento dos processo para todos conselheiros analisar e discutir na próxima reunião: Sendo decidido por unanimidade. A Presidente da Associação falou sobre a situação dos aprovados no concurso, para modificar o edital sobre as provas orais que são toda parte do direito, sendo esclarecida pelo Presidente que essa situação poderá complicar ainda mais a situação então deixamos como estar e no próximo concurso modificamos. O DP Dirceu falou da importância da atuação da Defensoria Pública na seara dos direito coletivos e difusos; O Conselheiro Otavio Gomes de Araujo sugeriu que seja dada entrada de ação de inconstitucionalidade do PROCON do Ministério Público, o Presidente indicou o Defensor Público Dirceu Abimael para elaborar a ação. Vencida a pauta foi encerrada a sessão e marcada para posteriormente avisados a proxima reunião Extraordinária. E para constar eu Ryveka Campos Martins Bronzeado, Secretária Ad hoc do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei em sessão ordinária o presente termo, que será por mim assinada _____, pelos Conselheiros, pelo Presidente Dr. Vanildo Oliveira Brito e pelo Sub-defensor Dr. Jaime Ferreira Carneiro. João Pessoa, XX de janeiro de 2015.


VANILDO OLIVEIRA BRITO
 PRESIDENTE

ELSON PESSOA DE CARVALHO
 MEMBRO


JAIME FERREIRA CARNEIRO
 SUB DEFENSOR GERAL

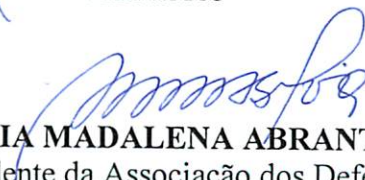

MARIA DE FÁTIMA MARQUES
 MEMBRO


RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA
 CORREGEDOR GERAL


OTAVIO GOMES DE ARAUJO
 MEMBRO


ANDRÉ LUIZ P. DE CARVALHO
 MEMBRO


RICARDO JOSÉ COSTA SOUSA BARROS
 MEMBRO


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
 Presidente da Associação dos Defensores Público